



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

LEI Nº 1.669, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

Autoriza contratação temporária de excepcional interesse público.

O Prefeito Municipal.

Faço saber que o Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar Servidor para o preenchimento de função temporária, em razão de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e da Lei Complementar Municipal nº 87, de 10 de julho de 2019, em quantidade, função, carga horária semanal, vencimento mensal e prazo contratual, a seguir discriminado:

Quantidade	Função	Carga Horária	Vencimento/R\$	Prazo Contratual
01	Professor (a) Séries ou Anos Finais do Ensino Fundamental / História	20 horas	R\$ 1.893,19	Período de 10 meses

Art. 2º O contratado desempenhará as atribuições previstas para o cargo efetivo equivalente, constantes do anexo da Lei Complementar que dispõe sobre os quadros de Cargos e Funções Públicas e estabelece o Plano de Carreira dos Servidores e no Plano de Carreira do Magistério.

Art. 3º A contratação prevista no art. 1º, poderá ser rescindida antecipadamente.

Art. 4º A carga horária semanal será cumprida junto à Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro I.

Art. 5º A remuneração mensal da função temporária é equivalente ao valor do vencimento estabelecido para o cargo efetivo.

Parágrafo único. Além da remuneração mensal, que compreende o valor do descanso semanal, o contratado fará jus ao recebimento das seguintes vantagens funcionais:

I – adicional por serviços extraordinários, na forma preconizada pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Nova Ramada, quando ultrapassada a jornada diária e a carga horária semanal fixada pelo art. 1º desta lei;

II – gratificação natalina, proporcional ao tempo de duração do contrato;

III – férias proporcionais, acrescidas de 1/3, ao término do contrato;

IV – auxílio alimentação;

V - demais incentivos estabelecidos por leis específicas;

VI - inscrição no Regime Geral da Previdência Social.

Art. 6º A contratação obedecerá à lista de aprovados e classificados conforme Processo Seletivo Simplificado.

Art. 7º Para a efetivação do contrato, cuja natureza jurídica é administrativa, o profissional comprovará a sua habilitação legal para o exercício da função, mediante o atendimento dos requisitos previstos na legislação municipal para a posse em cargo efetivo equivalente.

